

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.476 - SP (2019/0226152-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : **VIACAO CAICARA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415**  
EDUARDO CASTELO BRANCO E OUTRO(S) - ES012649  
LORENNAL CALDEIRA FARIZEL - ES019456  
JÚLIA AMÂNCIO MIRANDA - ES030000  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E**  
**RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 46ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG**  
**INTERES.** : **CLEVER CANDIDO DA SILVA**

**EMENTA**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO TRABALHISTA. REVOGAÇÃO DOS ATOS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO E EXPEDIÇÃO DE CARTA PARA HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO JUÍZO UNIVERSAL. CONFLITO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Viação Caiçara Ltda. - em Recuperação Judicial - suscita o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP e o Juízo da 46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG.

Alega a suscitante que, em março de 2016, o Grupo Itapemirim, do qual faz parte, ingressou com pedido de recuperação judicial, nos termos dos arts. 47 e seguintes da Lei n. 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES por decisão datada de 18/3/2016.

Ainda segundo a narrativa feita na inicial, o Juízo de Vitória/ES proferiu decisão em maio de 2018 por intermédio da qual declinou da competência para o julgamento do pedido de recuperação judicial, tendo sido redistribuído o processo ao Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP.

Sustenta, ademais, que, nos "autos do processo executório nº

0010482-04.2018.5.03.0184, o Sr. CLEVER CÂNDIDO DA SILVA pretende o recebimento do valor atualizado da execução. Referido procedimento executório culminará, muito provavelmente, em indisponibilidades de ativos financeiros da empresa *Suscitante*" (e-STJ, fl. 7).

Segundo a suscitante, a despeito de ter sido informado do deferimento do processamento da recuperação judicial e, posteriormente, da prorrogação do período de suspensão previsto na Lei n. 11.101/2005, o Juízo laboral determinou o prosseguimento da execução.

Por esses motivos, pediu, em caráter liminar, seja "determinado o sobrestamento da ação nº 0010482-04.2018.5.03.0184, além de ser designado o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes (art. 955 CPC e 196 RI/STJ), em especial, a destinação dos bloqueios de valores efetuada pelo juízo suscitado incompetente para tanto" (e-STJ, fl. 16).

No mérito, requer seja declarada a competência do Juízo da Recuperação Judicial para decidir acerca dos atos de constrição do patrimônio da suscitante.

A liminar foi deferida para determinar a imediata suspensão de qualquer ato constitutivo do patrimônio da suscitante no bojo da Reclamação Trabalhista n. 0010482-04.2018.5.03.0184, em trâmite no Juízo da 46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, ficando designado o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes (e-STJ, fls. 186-190).

Prestadas informações pelo Juízo laboral (e-STJ, fls. 193-196), o *Parquet* opinou pelo não conhecimento do conflito (e-STJ, fls. 203-206).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, nos termos do art. 66 do CPC de 2015, somente se configura conflito positivo de competência quando dois ou mais juízes se consideram competentes para o julgamento de uma mesma causa.

No caso dos autos, ao prestar informações a este Superior Tribunal de

Justiça, o Juízo da 46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG informou que foi determinada a expedição de certidões para habilitação dos créditos apurados nos autos do processo de execução trabalhista em razão da manifestação da devedora acerca da impossibilidade de realizar pagamento de débitos fora do processo de recuperação judicial (e-STJ, fls. 194-195).

Portanto, diante das informações prestadas pelo Juízo suscitado, verifica-se não haver conflito de competência entre o Juízo laboral e o Juízo universal, pois os atos de constrição do patrimônio do sócio da empresa falida foram suspensos e se determinou a expedição de ofício para habilitação do crédito.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E FALIMENTAR. INVASÃO DE COMPETÊNCIA. INOCORRÊNCIA.

1. Para a caracterização de conflito de competência, nos termos do art. 115 do CPC, faz-se necessário que dois ou mais juízos declarem-se competentes ou incompetentes para o processamento e julgamento da mesma demanda, ou diverjam a respeito da reunião ou da separação de processos.
2. A ausência de qualquer constrição sobre bens ou créditos da suscitante praticada pelo juízo trabalhista e a determinação, pelo próprio juízo trabalhista, de que seja habilitado o crédito junto ao juízo da recuperação judicial impõe o não conhecimento do conflito.
3. Conflito de competência não conhecido. (CC 111.602/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/09/2011, DJe 11/10/2011)

Ante o exposto, não conheço do conflito de competência e revogo a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator